



INDÚSTRIAS ROMI S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0014-88

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2020

Prezados Senhores: Submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores, Mercado de Capitais e à sociedade em Geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Indústria Romi S.A. ("Romi" ou "Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. O ano de 2020 apresentou alta volatilidade, porém, a partir de junho, houve uma recuperação importante no volume negócios, como pode ser notado na entrada de pedidos de Máquinas Romi. A redução dos juros e a desvalorização do Real estimularam a indústria nacional e o país em geral a alocar uma maior parcela do capital na economia produtiva, na busca por uma melhor produtividade e a preservação da competitividade. Diante dos sinais mais concretos dessa retomada, a Companhia decidiu se preparar, através da confirmação dos pedidos de matérias-primas e componentes junto a cadeia de suprimentos, que a sociedade de manter esses recursos para o desenvolvimento de produtos. Como resultado dessa decisão, a Companhia pode capturar um volume considerável de oportunidades, que superou as expectativas, sendo que as entregas ocorreram dentro do prazo originalmente acordado com os clientes. A Romi está preparada para continuar apoiando os seus clientes com produtos de alta tecnologia, com prazos adequados às necessidades do mercado. A pandemia relacionada à COVID-19 trouxe diversos desafios à companhia, porém, através de um time engajado e robustos protocolos, tais desafios foram superados e o ano de 2020 foi encerrado com resultados positivos. Diante de cenários de incerteza e alta volatilidade, a Companhia continua implementando medidas com o objetivo de tornar sua estrutura mais leve e sua forma de planejar e produzir ainda mais ágil e flexível para responder rapidamente às oscilações da demanda. Ao longo dos últimos anos, foram efetuadas diversas otimizações, principalmente, nas estruturas indiretas. A Romi continua com foco em projetos de redução de custos e despesas, além de investimentos em automação e produtividade, centrados no incremento da rentabilidade, o que se pode

notar desde o ano de 2017. Estratégicamente, a prioridade foi em desenvolver novas gerações de produtos, com evolução significativa no conteúdo tecnológico sendo que as primeiras linhas, lançadas em 2018 e 2019 já estão fazendo muito sucesso nos mercados doméstico e internacional. A Companhia continua confiante e preparada para continuar capturando as oportunidades da retomada da economia doméstica e no exterior. Com uma importante evolução da liquidez das ações ROMI3, a partir de janeiro de 2021, a Companhia passou a fazer parte de mais quatro índices da B3, sendo eles: IBRA (Índice Brasil Amplo), IVDV (Índice Dividendos), SMLL (Índice Small Cap) e IGCT (Índice de Governança Corporativa Trade).

1. DESEMPENHO OPERACIONAL: Receita Operacional Líquida: A receita operacional líquida auferida em 2020 foi de R\$937,3 milhões, 27,1% superior à registrada em 2019, principalmente pelo crescimento das vendas de máquinas e equipamentos, com destaque para a estratégia de desenvolvimento de novos geradores de produtos lançados em 2018 e 2019, da recuperação da indústria, que refletiu positivamente no volume de novos pedidos, que nesse mesmo período de comparação também continuaram apresentando crescimento. Em 2020, o mercado doméstico foi responsável por 60% da receita operacional líquida consolidada da Companhia. A receita obtida no mercado externo, que considera as vendas realizadas pelas subsidiárias da Romi no exterior (ÍRSA México, Estados Unidos, Reino Unido, França, Itália, Alemanha e Espanha), foi de US\$37,4 milhões, montante 13,7% inferior ao alcançado em 2020. Em 2020, a entrada de pedidos de R\$1.073,3 milhões, montante 45,1% superior ao obtido no ano de 2019. **Margens:** O margem operacional ajustada registrada em 2020 foi positiva em 10,9%, o que representou um aumento de 7,0 p.p. quando comparado com 2019, devido ao aumento no volume de faturamento da unidade de Fundidos e Usinados e o mix de produtos da unidade Máquinas Romi. **Resultado Líquido:** O lucro líquido do ano de 2020 foi R\$174,7 milhões.

2. INVESTIMENTOS: Ao longo do ano de 2020 foram investidos R\$44,1 milhões, sendo a maior parte deles destinados a automação, manutenção, produtividade, flexibilidade, competitividade das unidades do parque industrial e máquinas de fabricação própria adequadas para o negócio de locação de máquinas, todas dentro do plano de investimentos já previsto para o ano.

3. AUDITORIA EXTERNA: Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a Companhia informa que o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras, pela Deloitte Touche Tohmatsu Limited. **4. ARBITRAGEM:** As ações da Romi encontram-se listadas no Novo Mercado da B3, segmento diferenciado de listagem que engloba aquelas Companhias que, de forma espontânea, se destacam na adoção dos mais elevados padrões de governança corporativa. Conseqüentemente, a Companhia está vinculada à Câmara de Arbitragem do Novo Mercado da B3. Desta forma, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no seu Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. **A Administração**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação expresso em reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	3.140.932	102.838	195.418	147.807
Aplicações financeiras	3.127.166	683	127.166	683
Duplicatas a receber	4.98.974	73.377	186.183	140.395
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5.131.494	97.053	131.494	97.053
Estoque	6.266.114	239.476	358.674	344.878
Partes relacionadas	8.47.052	65.169	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	9.44.538	8.058	51.204	15.341
Outros créditos	13.636	11.029	18.554	14.019
	869.956	597.683	1.068.695	760.182
NÃO CIRCULANTE				
Duplicatas a receber	4.11.161	11.489	13.106	11.489
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5.203.222	166.959	203.222	166.959
Partes relacionadas	8.34.223	54.401	28.256	54.401
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.23.552	23.577	23.934	24.822
Depósitos judiciais	15.1.884	1.930	1.884	1.930
Outros créditos	3.054	5.353	3.687	5.681
	305.346	263.709	274.089	265.282
Investimentos em controladas	7.180.395	140.715	-	-
Imobilizado	11.181.596	191.596	314.748	269.235
Propriedade para investimento	10.13.500	13.500	18.388	18.181
Intangível	12.1.096	600	70.788	54.361
	712.523	610.120	678.013	607.059
TOTAL DO ATIVO	1.582.479	1.207.803	1.746.708	1.367.241

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
CIRCULANTE				
Fornecedores	13.115.025	78.723	115.422	91.649
Financiamentos - FINAME fabricante	14.122.704	82.177	122.704	82.177
Fornecedores	87.756	35.123	96.054	51.451
Salários e encargos sociais	27.272	15.248	36.163	21.288
Impostos e contribuições a recolher	7.553	9.567	13.182	15.553
Adiantamentos de clientes	32.156	12.186	70.462	68.200
Participações a pagar - reconhecido o ativo transferido na medida de seu empenho	4.856	204	4.856	205
Dividendos e juros sobre o capital próprio	91.130	39.523	91.130	39.523
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15.1.216	806	1.216	806
Outras contas a pagar	3.811	3.158	35.612	23.577
Partes relacionadas	8.430	1.679	-	-
	493.909	279.395	586.801	395.429
NÃO CIRCULANTE				
Financiamentos	13.62.384	13.468	96.668	22.866
Financiamentos - FINAME fabricante	14.201.710	152.786	201.710	152.786
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15.296	454	296	454
Outras contas a pagar	4.48	12	3.277	5.194
Provisão para patrimônio líquido negativo	7.11.129	4.404	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.275.567	171.124	345.323	212.930
	769.476	450.519	932.124	608.359
TOTAL DO PASSIVO	1.582.479	1.207.803	1.746.708	1.367.241
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	17.637.756	492.025	637.756	492.025
Reservas	21.86.882	21.86.882	21.86.882	21.86.882
Ajuste de avaliação patrimonial	88.353	45.777	88.353	45.777
	813.003	757.284	813.003	757.284
PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES				
	813.003	757.284	814.584	758.882
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	813.003	757.284	814.584	758.882
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.582.479	1.207.803	1.746.708	1.367.241

Recursos	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita operacional líquida	23	656.240	501.124	973.150	765.355
Custo do produto e serviços vendidos	24	(406.225)	(364.225)	(674.121)	(556.808)
Lucro bruto		249.915	136.899	299.029	208.547
Recargas (despesas) operacionais					
Com vendas	24	(43.932)	(44.578)	(91.055)	(85.621)
Gerais e administrativas	24	(30.731)	(32.063)	(74.005)	(70.138)
Pesquisa e desenvolvimento	24	(22.518)	(20.470)	(22.518)	(20.470)
Participação e honorários da Administração	8	(11.584)	(7.210)	(11.687)	(7.305)
Resultado de participações societárias	7	(6.267)	(7.148)	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	26	6.849	7.249	7.304	79.329
		(108.184)	(133.440)	(191.961)	(104.205)
Lucro operacional		103.835	103.370	106.868	104.493
Recargas (despesas) financeiras					
Recargas financeiras	25	68.696	67.646	69.529	69.942
Despesas financeiras	25	(9.411)	(2.611)	(11.722)	(4.741)
Varição cambial, líquida		4.403	(2.904)	4.520	(3.601)
		63.688	62.131	62.277	61.600
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		167.523	165.501	169.145	166.093
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	16	6.954	(35.837)	5.554	(36.183)
Diferido	16	(25)	(16.189)	(666)	(15.531)
Lucro líquido do exercício		174.477	129.664	174.699	129.910
Atribuível à					
Participação dos acionistas controladores				174.477	129.664
Participação dos acionistas não controladores				222	246
				174.699	129.910
Lucro básico e diluído por ação em reais - R\$	17	2.69	2.06	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota Explicativa	Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial		Lucro líquido do exercício		Participação dos acionistas não controladores	
	Reserva legal	Total	Reserva legal	Total	Reserva legal	Total	Reserva legal	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	492.025	112.380	47.338	43.734	-	695.977	1.626	697.603
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	129.664	129.664	246	129.910
Efeito de conversão de moeda estrangeira	-	-	-	2.043	-	-	-	2.043
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	2.043	129.664	131.707	246	132.953
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(70.400)	(70.400)	-	(70.400)
Dividendos distribuídos por controlada	-	-	-	-	-	-	(274)	(274)
Transferência entre reservas	-	-	6.483	(59.264)	-	(59.264)	-	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	6.483	(59.264)	(129.664)	(70.400)	(274)	(70.674)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	492.025	165.161	54.321	219.482	45.777	757.284	1.598	758.882
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	174.477	174.477	222	174.777
Efeito de conversão de moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	174.477	174.477	222	174.777
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(161.334)	(161.334)	-	(161.334)
Dividendos distribuídos por controlada	-	-	-	-	-	-	(239)	(239)
Transferência entre reservas	-	-	8.724	(132.588)	-	(13.143)	-	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	8.724	(132.588)	(174.477)	(161.334)	(239)	(161.573)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	637.756	23.849	63.045	86.894	88.353	813.003	1.581	814.584

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS: A Indústria Romi S.A. ("Controladora"), listada no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, desde 23 de março de 2007, com sede no município de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo e suas controladas (conjuntamente denominadas "Companhia") tem por objeto a indústria e o comércio de bens de capital em geral, de máquinas-ferramenta, de máquinas para plásticos, de equipamentos e acessórios industriais, de ferramentas, partes e peças em geral; a análise de sistemas e a elaboração de programas para processamento de dados; produção, comercialização e de máquinas e equipamentos para plásticos; a indústria e o comércio de fundidos brutos e usinados; e a exportação e importação, representação por conta própria ou de terceiros e prestação de serviços relacionados com suas atividades, bem como a participação, como sócia, acionista ou colista, em outras sociedades civis ou comerciais e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e no exterior, e a administração de bens próprios e de terceiros. O parque industrial da Companhia é formado por treze fábricas, sendo onze localizadas na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, no Estado de São Paulo, e duas na cidade de Reutlingen, na Alemanha, sendo essa unidade de produção de máquinas-ferramenta especiais de grande porte. A Companhia ainda participa em controladas no Brasil e no exterior. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para divulgação em 8 de fevereiro de 2021.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), assim como de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Conselho de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a sociedade de arbitragem de recursos contábeis (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As práticas adotadas nas controladas são consistentes com as da controladora. As principais políticas contábeis aplicadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são descritas a seguir:

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas considerando o custo histórico, como base valor, que geralmente é baseado no valor justo das contrapartidas pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas. Após realizar a análise de custo de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 2.18. As informações da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, e requerida pela legislação societária e pelas práticas contábeis aplicadas em países onde a Companhia opera, são apresentadas na apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020, que tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **2.2 Investimentos em empresas controladas - Consolidação:** (a) **Controladora:** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ao seu risco de retorno variáveis dependentes de seu desempenho. As políticas contábeis aplicadas nas controladas são as mesmas da Companhia. **2.3 Conversão de moeda estrangeira e das demonstrações das controladas no exterior:** Os saldos de ativos e passivos da controladora e das controladas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária) são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado (receitas e despesas) são convertidas para Reais pelo método de taxa de câmbio de fechamento, seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações. As diferenças de efeito de tradução resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial". Ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior, são apresentados em separado no balanço patrimonial consolidado. (b) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas localizadas no Brasil. A moeda funcional das controladas no exterior é determinada com base no ambiente econômico principal em que elas operam, sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, essas são convertidas para o R\$ (R\$) na data do fechamento. (b) **Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados em moeda estrangeira são convertidos para Reais pelo método de taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. **2.4 Caixa e equivalentes de caixa:** i) Caixa e equivalentes de caixa. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender, de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Itens classificados como equivalentes de caixa são aqueles que possuem prazo de validade de até 90 dias da data original do título ou dos depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou dos depósitos de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. ii) **Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras são compostas por fundos de investimentos com títulos lastreados em LTN, LFT e NTN, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **2.5 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. (a) **Ativos financeiros:** (a) **Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios da Companhia para estes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo são mensuradas ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).



INDÚSTRIAS ROMI S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0014-88



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

transação para estes contratos é desconto, utilizando a taxa que estaria refletida em uma transação de financiamento separada entre a Companhia e seus clientes no início do contrato, de modo a levar em consideração o componente de financiamento significativo. (v) Contratos de venda de máquinas. A Companhia recebeu máquinas usadas de alguns clientes como parte de pagamento na compra de máquinas novas. O valor justo desta contraprestação não monetária recebida do cliente é incluído no preço da transação e mensurado quando a Companhia obtém o controle dos equipamentos. A Companhia aplica os requisitos do CPC 46 - Mensuração do Valor Justo na apuração do valor justo da contraprestação não monetária. (d) **Receita financeira.** A receita financeira é reconhecida quando decorre pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.17 Provisões:** As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e civis são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente (legal ou não formalizada), e provável que haja uma saída de recursos e o valor da obrigação possa ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação das passivas, essas contas referem-se a uma série de clientes independentes e consolidadas levando em consideração de os riscos e incertezas relacionados à obrigação. Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação presente, o seu valor é determinado através do valor presente desses fluxos de caixa. Quando o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão é esperado ser recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo quando o reembolso é virtualmente certo e o montante possa ser estimado com segurança. **2.18 Aplicação de julgamentos e incertezas críticas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** O processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, opiniões formais de especialistas, quando aplicável, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e pressupostos incluem: (a) Vida útil de ativos de longa duração; a administração realiza revisão da vida útil dos principais ativos com vida útil definida anualmente. (b) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa e ativos de vida útil indefinida; anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) dos ativos de vida útil indefinida e, quando necessário, realiza eventuais perdas (*impairment*) dos ativos de vida útil definida. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em testes de sensibilidade usando, efetivamente com base em estimativas (Nota 2.10). (c) Realização e obsolescência dos estoques; as premissas utilizadas estão descritas na Nota 2.6. (d) Análise do risco de crédito para determinação da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa; as premissas utilizadas estão descritas na Nota 2.5 (f) (i). (e) Imposto de renda diferido ativo sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (Nota 2.12), assim como a análise dos demais riscos para determinação de provisões para contingências advindas de processos administrativos e judiciais (Nota 2.17). (f) Análise dos demais riscos para determinação de provisões, inclusive contingências. Provisões são constituídas para todas as contingências para as quais seja provável uma saída de recursos para sua liquidação. A avaliação da probabilidade de perdas inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e precedentes judiciais, bem como a avaliação de impactos de eventos externos e de especialistas, quando aplicável. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e pressupostos são revisados periodicamente. **2.19 Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, consido pelo CPC 6 e equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases, emitida em janeiro de 2019, em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros no balanço patrimonial. A norma inclui regras específicas para o reconhecimento de operações de arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários também reconhecem despesas de arrendamento e ganhos sobre o ativo de direito de uso e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. **2.20 Normas e interpretação novas e revisadas:** CPCs/IFRSs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas; Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão disponíveis em português no Brasil. A Companhia não reconhece o impacto de mudanças nas demonstrações financeiras. **IFRS 17 - Contratos de Seguro;** Estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11). A IFRS 17 descreve o Modelo Geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como Abordagem de Taxa Variável. O Modelo Geral é simplificado se determinados critérios em relação ao passivo de arrendamento ou passivo de seguro são atendidos, com Abordagem da Alocação de Prêmios. O Modelo Geral utiliza premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza, levando em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos segurados. Em junho de 2020, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 17 para endereçar os problemas e os desafios de implementação identificados após a publicação dos contratos de alteração e introduziu a data de adoção inicial da IFRS 17 (incorporando as alterações) para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. Ao mesmo tempo, o IASB emitiu a Prorrogação da Isenção Temporária de Aplicação da IFRS 9 (Alterações à IFRS 4) que prorroga a data de vencimento fixa da isenção temporária de aplicação da IFRS 9 (Alterações à IFRS 4) para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A IFRS 17 deve ser adotada retrospectivamente a menos que a adoção de uma abordagem retrospectiva não for viável. A Companhia não reconhece o impacto de mudanças de abordagem de valor justo. Para fins das exigências de transição, a data de adoção inicial corresponde ao início do período anual no qual a entidade adota a norma pela primeira vez, e a data de transição corresponde ao início do período imediatamente anterior à data de adoção inicial. **Alterações à IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes;** As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes e não afetam o reconhecimento ou o reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço e introduzem as seguintes alterações para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte, um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada. **Alterações à IFRS 3 - Referência à Estrutura Conceitual;** As alterações atualizam a IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual em vez da Estrutura de Referência. Elas também atualizam a IFRS 3 para refletir a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37, o comprador aplica a IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um evento dentro do escopo da IFRIC 21 - Tributos, o comprador aplica a IFRIC 21 para determinar se o tributo que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Finalmente, as alterações acrescentam uma alteração explícita de que o comprador não reconhece o custo de aquisição de ativos e passivos em uma aquisição de negócios. As alterações são aplicáveis a combinações de negócios cuja data de aquisição ocorra em ou após o início do primeiro período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2022. A adoção antecipada é permitida se a entidade também adotar todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes. **Alterações à IAS 8 - Imobilização - Recursos Antigos e Preferências de Ação;** As alterações especificam que o "custo de aquisição do contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato". Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, aquisição de materiais ou serviços). As alterações também atualizam a IAS 8 para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte, um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada. **Alterações à IFRS 3 - Referência à Estrutura Conceitual;** As alterações atualizam a IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual em vez da Estrutura de Referência. Elas também atualizam a IFRS 3 para refletir a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37, o comprador aplica a IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um evento dentro do escopo da IFRIC 21 - Tributos, o comprador aplica a IFRIC 21 para determinar se o tributo que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Finalmente, as alterações acrescentam uma alteração explícita de que o comprador não reconhece o custo de aquisição de ativos e passivos em uma aquisição de negócios. As alterações são aplicáveis a combinações de negócios cuja data de aquisição ocorra em ou após o início do primeiro período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2022. A adoção antecipada é permitida se a entidade também adotar todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes. **Alterações à IAS 8 - Imobilização - Recursos Antigos e Preferências de Ação;** As alterações especificam que o "custo de aquisição do contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato". Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, aquisição de materiais ou serviços). As alterações também atualizam a IAS 8 para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte, um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada. **Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020: IFRS 9 - Instrumentos Financeiros;** A alteração esclarece que ao aplicar o teste de "10% para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos em conexão com a entidade ou outro membro da parte. A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez. A alteração é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, sendo permitida adoção antecipada. **IFRS 16 - Arrendamentos;** A alteração exclui o exemplo de reembolso de beneficiários em imóveis de terceiros. Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma alteração é feita às referências às alterações. **Alterações às Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture;** As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação de joint venture são reconhecidos pelo investidor usando o método de equivalência patrimonial só reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da reavaliação de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou joint venture. A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações. Os diretores da Companhia esperam que a adoção dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo no curto caso essas transações ocorram. Não há outras referências ou interpretações emitidas, e ainda não foram emitidas as alterações de aplicação da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no balanço patrimonial líquido divulgado pela Companhia. **2.21 Apresentação de informações por segmentos:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Conselho de Administração, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e pela tomada das decisões estratégicas da Companhia (Nota 2). **2.22 Demonstração do fluxo de caixa:** A Companhia classifica o pagamento de prós e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures, e o recebimento de dividendos como atividades de financiamento e investimentos, respectivamente, em seu fluxo de caixa. Tal classificação foi adotada por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros e de retorno sobre investimentos, em linha com o disposto no item 33 do CPC 03 (R2).

5. VALORES A RECEBER - REPASSE FINAME FABRICANTE

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Circulante	122.286	87.284
FINAME a vencer	614	2.841
FINAME aguardando liberação (a)	15.526	14.912
FINAME em atraso (b)	138.426	105.307
	(6.932)	(7.984)
	131.494	97.053
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa		
Não circulante	202.678	153.515
FINAME a vencer	2.560	13.787
FINAME aguardando liberação (a)	205.238	167.302
	(2.016)	(943)
	203.222	166.959
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa	334.716	264.012
Total	334.716	264.012

Os valores a receber - repasse FINAME Fabricante - são provenientes das vendas financiadas com recursos obtidos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Nota 14), e estão registrados pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam de seus valores justos. FINAME fabricante refere-se a recursos especificamente vinculados a operações de venda, com prazos de até 60 meses, incluindo carência de até 6 meses, obedecendo as condições previamente estabelecidas pelo BNDES à época de financiamento. Adicionalmente, considera-se para definição das condições de financiamento, as características do cliente. Os recursos são liberados pelo BNDES mediante a identificação do cliente e da venda e o enquadramento do cliente às condições da Circular nº 195, de 28 de julho de 2006, emitida pelo BNDES, através de agente financeiro, com a formalização de um contrato de financiamento em nome da Companhia e anuência do cliente a ser financiado. As condições de valores, prazos e encargos da operação são integralmente refletidas nos valores a receber pela Companhia a serem repassados ao banco interveniente do contrato do qual a Companhia é a devedora. A Companhia possui reserva de domínio de propriedade objeto da venda até a liquidação final da obrigação pelo cliente. A diferença entre os valores a receber - repasse FINAME Fabricante e a pagar, são representados por: (a) FINAME aguardando liberação: refere-se a operações que já foram caracterizadas e aprovadas pelas partes envolvidas, incluindo a preparação da documentação, a emissão da nota fiscal de venda e a entrega da mercadoria ao cliente. O crédito dos respectivos recursos em conta corrente da Companhia pelo banco agente estava pendente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em virtude dos prazos normais operacionais do banco agente, bem como a falta de documentação necessária para o reconhecimento, bem como a falta de documentação. A Companhia registra provisão para eventual perda na realização desse saldo, no montante correspondente à diferença entre o valor esperado de alienação da máquina recuperada, como resultado da execução da cláusula de reserva de domínio das máquinas vendidas (garantia real), e o valor do contas a receber do cliente insatisfeito. Para os casos onde a garantia real não é localizada, é constituída provisão integral para perda sobre o saldo das contas a receber. As máquinas apreendidas como parte do processo de execução, são registradas ao valor contábil, o qual não supera o seu valor de mercado, na rubrica de "Outros créditos", aguardando a decisão final da justiça, quando então, são reintegradas e transferidas para o grupo de estoques. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de máquinas apreendidas, incluído na rubrica de outros créditos, apresentava na controladora e no consolidado, o montante de R\$1.191 (R\$1.188 em 31 de dezembro de 2019) no ativo circulante, e R\$2.361 (R\$4.645 em 31 de dezembro de 2019) no ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os valores a receber - repasse FINAME Fabricante, controladora e consolidado, estavam distribuídos como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Valores a vencer	122.898	90.125
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	1.173	894
De 31 a 60 dias	559	607
De 61 a 90 dias	236	141
De 91 a 180 dias	396	396
De 181 a 360 dias	895	352
Mais de 360 dias	12.125	12.522
	15.526	14.912
	138.426	105.037
Total - Circulante	138.426	105.037
A expectativa de realização dos valores a receber - repasse FINAME Fabricante, controladora e consolidado, classificados no ativo não circulante, é como segue:		

Controladora e Consolidado

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Valores a vencer:	102.954	102.954
2022	69.247	69.247
2023	32.089	32.089
2024	948	948
2025 e após	205.238	205.238
Total - não circulante	205.238	205.238

A movimentação das estimativas para perdas de créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.327	8.327
Créditos reconhecidos (ou baixados) no período	621	141
Saldo em 31 de dezembro de 2020	8.948	8.468

As perdas para créditos de liquidação duvidosa são constituídas com base na análise individualizada de cada cliente, sendo que para as transações em que há garantias reais, o valor da perda é calculado entre o valor registrado no balanço patrimonial e o valor de mercado da máquina real. A constituição e a baixa das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram registradas no resultado do exercício como "Despesas gerais e administrativas".

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Produtos acabados	19.736	39.542	65.253	81.315
Máquinas usadas	10.348	13.130	10.348	13.130
Produtos em elaboração	79.005	75.561	97.563	116.195
Materia-prima e componentes	130.540	105.043	158.999	127.572
Imobilizações em andamento	26.485	6.200	26.511	6.666
Total	264.114	239.476	358.074	344.878

Os saldos de estoques, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2020, estão liquidados das perdas para realização dos estoques de baixa movimentação e com perspectivas remotas de realização por venda ou utilização, nos montantes de R\$26.508 e R\$39.026 (R\$27.312 e R\$30.468 em 31 de dezembro de 2019), respectivamente. A movimentação das perdas para realização dos estoques ao valor realizável líquido está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Saldo em 1º janeiro de 2020	27.312	30.468	30.468	30.468
Estoque vendido ou baixado	(14.902)	(16.087)	–	–
Perdas reconhecidas	8.574	10.193	–	–
Efeito de tradução	–	–	8.528	8.528
Transferência de perda advinda de máquinas apreendidas no período	5.524	5.524	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	26.508	39.026	39.026	39.026

A composição das perdas para realização dos estoques por classe de estoque está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Produtos acabados	884	2.485	8.159	5.641
Máquinas usadas	6.890	6.321	6.890	6.321
Produtos em elaboração	4.807	5.224	4.807	5.224
Materia-prima e componentes	13.927	13.282	19.171	13.282
Total	26.508	27.312	39.026	30.468

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo dos produtos e serviços vendidos" totalizou R\$ 320.598 (2019 - R\$274.247) na Controladora e R\$ 464.275 (2019 - R\$376.280) no Consolidado.

7. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS:

A lista a seguir apresenta as participações societárias que a Companhia possui em suas subsidiárias:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
1. Romi Itália S.r.l. ("Romi Itália")	99,99	0,01	99,99	0,01
1.1 Romi Machines UK Ltd.	–	100,00	–	100,00
1.2 Romi France SAS	–	100,00	–	100,00
1.3 Romi Máquinas Espanha S.A.	–	100,00	–	100,00
2. Romi Europa GmbH ("Romi Europa")	100,00	–	100,00	–
2.1 Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W")	–	100,00	–	100,00
2.1.1 Burkhardt + Weber (Shanghai) Co., Ltd.	–	100,00	–	100,00
2.1.2 Burkhardt + Weber LLC	–	100,00	–	100,00
3. Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Rominor Comércio")	93,07	–	6,93	93,07
4. Romi Machine Tools, Ltd. ("Romi Machine Tools")	100,00	–	100,00	–
5. Rominor Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Rominor Empreendimentos")	100,00	–	100,00	–
6. Romi A.L.S.A. ("Romi A.L.S.A.")	100,00	–	100,00	–
7. Irsa Máquinas México S. de R. L. de C.V.	99,99	0,01	99,99	0,01

A lista a seguir apresenta as localidades e objetivos principais das subsidiárias:

	Controlada		País		Objetivo principal
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	
1. Romi Itália S.r.l. ("Romi Itália")	100,00	100,00	Itália	Itália	Comercialização de máquinas para plásticos e mecânicas-fermentas, peças de reposição e assistência técnica.
1.1 Romi Machines UK Ltd.	100,00	100,00	Inglaterra	Inglaterra	
1.2 Romi France SAS	100,00	100,00	França	França	
1.3 Romi Máquinas Espanha S.A.	100,00	100,00	Espanha	Espanha	
2. Romi Europa GmbH ("Romi Europa")	100,00	100,00	Romênia	Romênia	
2.1 Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W")	100,00	100,00	Alemanha	Alemanha	Produção e comercialização de centros de usinagem de grande porte, e de alta tecnologia, precisão e produtividade, assim como máquinas para aplicações específicas.
2.1.1 Burkhardt + Weber/Romi (Shanghai) Co., Ltd.	100,00	100,00	China	China	Comercialização de máquinas-ferramenta produzidas pela B+W e prestação de serviços (peças de reposição e assistência técnica).
2.1.2 Burkhardt + Weber LLC	100,00	100,00	Estados Unidos	Estados Unidos	Comercialização de máquinas-ferramenta produzidas pela B+W e prestação de serviços (peças de reposição e assistência técnica).
3. Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Rominor")	100,00	100,00	Brasil	Brasil	Atividade imobiliária, inclusive compra e venda, locação de imóveis próprios, exploração de direitos imobiliários, intermediação de negócios imobiliários e prestação de fianças e avais.
4. Romi Machine Tools, Ltd. ("Romi Machine Tools")	100,00	100,00	Estados Unidos	Estados Unidos	Comercialização de máquinas-ferramenta, peças de reposição, assistência técnica e fundidos e usados para a América do Norte.
5. Rominor Empreendimentos Imobiliários S.A.	100,00	100,00	Brasil	Brasil	Participação em empreendimentos imobiliários.
6. Romi A.L.S.A. ("Romi A.L.S.A.")	100,00	100,00	Uruguai	Uruguai	Representação comercial para operações no mercado externo.
7. Irsa Máquinas México S. de R. L. de C.V.	100,00	100,00	México	México	Comercialização de máquinas para plásticos e máquinas-ferramenta, peças de reposição e assistência técnica.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Circulante	89.537	66.504	89.537	67.178
Clientes no país (Brasil)	10.803	8.250	103.078	77.098
Clientes no exterior	(1.366)	(1.377)	(6.432)	(3.881)
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa	98.974	73.377	186.183	140.395
Não circulante	6.318	7.508	6.318	7.508
Clientes no país (Brasil)	5.240	4.040	7.185	4.040
Clientes no exterior	(927)	(59)	(927)	(59)
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa	11.161	11.489	13.106	11.489

	Controladora</	
--	----------------	--



INDÚSTRIAS ROMI S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0014-88

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

data. O montante de R\$20.811 (2019 - R\$21.433) referente à despesa de depreciação, R\$18.487 (2019 - R\$19.184) foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos e serviços vendidos"; R\$1.075 (2019 - R\$1.006) em "Despesas com vendas"; R\$1.177 (2019 - R\$1.132) em "Despesas gerais e administrativas" e R\$142 (2019 - R\$115) em "Pesquisa e desenvolvimento". Controladora: O montante de R\$30.637 (2019 - R\$28.766) referente à despesa de depreciação, R\$19.134 (2019 - R\$21.108) foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos e serviços vendidos"; R\$9.237 (2019 - R\$6.415) em "Despesas com vendas"; R\$2.124 (2019 - R\$1.132) em "Despesas gerais e administrativas" e R\$142 (2019 - R\$111) em "Pesquisa e desenvolvimento". - Consolidado: O saldo contábil do imobilizado mantido sob contratos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2020 era de R\$9.100. A Companhia efetuou o desconto dessas mercantias à taxa de Valor Presente (AVP). No ano de 2020, a Companhia reconheceu o montante de R\$3.708 como despesa de depreciação no resultado.

12. INTANGÍVEL: A movimentação do intangível está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Tecnologia	Relacionamento com o cliente	Tecnologia	Relacionamento com o cliente
Custo bruto				
Saldo em 1º de janeiro de 2019	934	5.921	30.066	21.594
Aditivos da aquisição de investimento, ao valor justo				
Adições	20	10	30	944
Transferências	(427)	427	(427)	-
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	527	5.484	31.208	22.039
Adições	13	888	901	243
Transferências	-	-	6.286	5.199
Variação cambial	-	-	-	799
Transferências	-	-	-	291
Saldo em 31 de dezembro de 2020	540	6.312	6.852	37.749
Amortização acumulada				
Saldo em 1º de janeiro de 2019	176	4.866	5.042	10.803
Adições	104	205	309	2.669
Transferências	-	-	-	1.072
Amortização	(280)	(5.071)	(5.351)	(14.062)
Amortização	-	-	-	4.374
Saldo em 31 de dezembro de 2020	280	5.476	5.756	18.436

13. FINANCIAMENTOS: A composição dos financiamentos, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Circulante		Não Circulante		Vencimento	Amortização do principal	Encargos financeiros	Garantia
	2020	2019	2020	2019				
Financiamentos de exportação - ACC/ACE (a)	15.806	-	-	-	27/08/2021	Aplicação de ordem de exportação até o vencimento	Taxas de 2,70% a a. + variação cambial	-
Financiamentos de exportação - ACC/ACE (a)	10.351	13.571	-	-	27/08/2021	Aplicação de ordem de exportação até o vencimento	Taxas de 2,70% a a. + variação cambial	Aval Rominor
Programa de Sustentação do Investimento - BNDES Inovação (b)	5.845	5.564	5.569	11.534	16/01/2023	Mensal	Taxa de até 4,00% a.a.	Alienação fiduciária de máquinas e hipoteca de imóveis e terrenos
FINAME diversos	1.151	1.120	647	1.934	15/01/2024	Mensal	Taxas 3,50% a 10,53% a.a. (com variação TLP 365/366)	Alienação fiduciária de máquinas e hipoteca de imóveis e terrenos
Financiamento à Importação (FINIMP)	3.695	-	-	-	10/12/2021	Parcela única	Juros de 2,25% a.a. a 3,00% a.a.	Promissória
Financiamento à Importação (FINIMP)	18.841	26.871	-	-	10/12/2021	Parcela única	Juros de 2,25% a.a. a 3,00% a.a.	Aval Rominor
Financiamento à Exportação (NCE) Linha 4131	38.362	31.597	-	-	12/03/2021	Parcela única	Juros de 2,19% a.a. + CDI.	Aval Rominor
BNDES Exportação (d)	20.973	-	-	-	24/03/2021	Parcela única	Juros de 3,97% a.a. + CDI.	Fiança Bancária
Controladora	115.025	78.723	62.384	13.468				Alienação Fiduciária
B+W - Financiamento construção centro de tecnologia e administração - C (c)	-	-	13.244	9.398	30/06/2027	Trimestral	2,40% a.a.	Ativo Imobilizado (Prédio)
B+W - Financiamento (Efeitos COVID-19) - C (e)	-	-	21.040	-	30/09/2023	Trimestral	2,00% a.a.	Ativo Imobilizado (Prédio)
Outros - capital de giro	397	12.926	-	-	-	-	-	-
Consolidado	115.422	91.649	96.668	22.866				

Receita Federal pedido de habilitação relativo ao expurgo inflacionário sobre os bens do ativo para fins de determinação de saldo complementar da depreciação e seus respectivos reflexos sobre a apuração do IFRP/CSLL ao longo dos anos. Em 16 de março de 2020, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação desse crédito, autorizando a Companhia a utilizar-lo para compensar tributos federais futuros. A Companhia reconheceu nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os efeitos do débito no processo fiscal (Plano Verão), que impactaram o resultado da seguinte maneira: (i) EBIT/EBITDA: reduzido em R\$955, em virtude do reconhecimento das despesas com os honorários advocatícios, na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas"; (ii) resultado financeiro: acrescido em R\$26.105, referente à atualização monetária do valor original dos créditos, líquido de efeitos de PIS/COFINS; (iii) imposto de renda e contribuição social: acrescido em R\$10.794, referente ao valor original dos créditos; e (iv) lucro líquido: acrescido pelo impacto do ganho líquido no montante de R\$35.944, já considerando os efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho líquido que foram reduzidos pela utilização de juros sobre o capital próprio, propostos em favor de 2020, conforme Aviso aos Acionistas datado de 17 de março de 2020. (C) **Processos fiscais ativos - Eletrobras:** Em junho de 2020, a Companhia tomou conhecimento, através de seus advogados, sobre o êxito em processo judicial relevante,ajuizado em face das Centrais Eletrelétricas S.A. - Eletrobras, cujo objeto é a obtenção da diferença de correção monetária, no período de 1978 a 1993, em cálculo de empreitada de construção de usina hidrelétrica. A Companhia recebeu em 3 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 50.469 e reconheceu nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os efeitos do saldo deste processo fiscal, que impactaram o resultado da seguinte maneira: (i) EBIT/EBITDA: acrescido em R\$1.671, já deduzido dos efeitos da tributação do PIS/COFINS e das despesas com os honorários advocatícios; (ii) resultado financeiro: acrescido em R\$5.761, referente à atualização monetária do valor original dos créditos, já deduzido dos efeitos da tributação do PIS/COFINS e (iii) lucro líquido: acrescido em R\$ 37.423, considerando o efeito de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho, que foram reduzidos pela utilização de juros sobre o capital próprio, propostos em dezembro de 2020, conforme Aviso aos Acionistas datado de 8 de dezembro de 2020. (D) **Processos civis:** Referem-se a processos cíveis em que figura a Companhia como ré, que têm caráter de indenização por danos materiais, (i) revisão/rescisão de contratos; (ii) indenização por danos materiais de protestos de títulos com perdas e danos, dentre outros. (E) **Processos trabalhistas:** A Companhia constitui provido para contingências para ações trabalhistas em que figura como reclamada, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) horas extras pela diminuição do intervalo para refeição; (ii) insalubridade/periculosidade; (iii) estabilidade pré-apresentada; (iv) indenizações por acidente de trabalho/doença ocupacional e (v) responsabilidade subsidiária de empresas terceiras. Os cronogramas de pagamento propostos, como de risco possível, de natureza fiscal, civil e trabalhista, discutem assuntos similares aos descritos acima. A Administração da Companhia acredita que o desfecho das causas em andamento não irá resultar em desembolso pela Companhia em valores superiores aos registrados na provisão. Os valores envolvidos não caracterizam obrigações legais. (F) **Depósitos judiciais:** A Companhia possui depósitos judiciais no montante de R\$1.884 em 31 de dezembro de 2020, relacionados ao imposto de renda e contribuição social, de diversas naturezas, classificados no ativo não circulante, referente a processos remotos ou passivos.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: O imposto de renda é calculado com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$240 no ano e a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado tributável, exceto pela controlada e subsidiária da controladora. O imposto de renda e contribuição social é calculado com base no lucro presumido. A seguir, encontra-se a reconciliação do lucro tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social da controladora, aplicando-se as alíquotas mencionadas, vigentes em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	167.523	165.501	169.145	166.093
Alíquota vigente (imposto de renda e contribuição social)	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota vigente	(56.958)	(56.270)	(57.509)	(56.472)
Receita sobre taxa efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	54.854	23.936	54.854	23.936
IR/CSLL processo fiscal (Plano Verão)	10.794	(1.569)	10.794	(1.569)
Pesquisa e desenvolvimento ("Lei do Bem") - Lei nº 11.196/05	2.536	1.686	2.536	1.686
Contribuição social sobre o lucro	(2.131)	(2.430)	(2.131)	(2.430)
IR/CSLL diferidos não constituídos de subsidiárias	-	-	(3.476)	(2.574)
Participação de Administradores	(1.719)	(497)	(1.719)	(497)
Outras adições (exclusões), líquidas	(423)	(693)	74	(693)
Receta (Despesa) de imposto de renda e contribuição social	6.954	(35.837)	5.554	(36.183)

O valor nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é composto pela diferença nas apurações do imposto de renda e da contribuição social entre as formas de apuração real e presumido, devido às controladas Rominor e Rominor Empreendimentos serem optantes pelo regime do lucro presumido durante os períodos apresentados, e pela não constituição do imposto de renda diferido sobre os proventos fiscais das controladas no exterior, com exceção da B+W. Segue a composição das despesas e receitas do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Correntes	6.979	(19.648)	6.220	(20.652)
Diferidos	(265)	(16.189)	(666)	(15.531)
Total	6.954	(35.837)	5.554	(36.183)

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: Capital social: O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$637.756 (R\$492.025 em 31 de dezembro de 2019) é representado por 73.333.922 ações ordinárias (62.857.647 em 2019) nominativas e escriturais, sem valor nominal. Em 23 de outubro de 2020, foi aprovado o aumento do Capital Social no valor de R\$145.731, mediante a capitalização da reserva de lucros da Companhia Administradora. As projeções de resultados futuros incluem distribuição de dividendos em conformidade com o Estatuto Social da Companhia com bonificação de ações. O aumento de capital foi efetivado com a emissão de 10.476.275 novas ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, atribuídas aos detentores de ações, a título de bonificação na proporção de 1 (uma) nova ação para cada 6 (seis) ações existentes. **Reserva de lucros:** a) **Reserva legal:** O saldo da rubrica "Reserva Legal", tal como previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, refere-se ao montante restituído de 5% do lucro líquido que exceder 20% do lucro líquido. (b) **Reserva de lucros:** Em reunião realizada em 9 de fevereiro pelo Conselho de Administração, foram apresentadas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e a proposta de destinação dos resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estes serão submetidos à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 16 de março de 2021. A Companhia distribuirá, referente ao lucro do próprio exercício, o montante de R\$161.334 em 16 de março de 2021, a ser incorporado ao saldo da Reserva de Lucros, no total de R\$161.334. **Dividendos:** O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária. A proposta de distribuição de juros sobre o capital próprio a título de dividendos e de constituição de reserva de lucros, da Administração à Assembleia Geral Ordinária, é conforme segue:

Lucro líquido do período atribuído aos acionistas

	2020	2019
(i) Constituição de reserva Legal	174.477	129.664
(ii) Constituição de reserva de lucros	(8.724)	(6.483)
(iii) Constituição de reserva de lucros	(12.926)	(12.926)
Juros sobre o Capital Próprio distribuídos	(161.334)	(70.400)
Constituição de reserva de lucros	4.419	52.781
Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram aprovadas as distribuições de juros sobre capital próprio ("JCP") no montante total de R\$161.334, conforme comunicados ao mercado nas datas listadas acima.	-	-
Dividendos distribuídos em 2020	174.477	129.664
Dividendos distribuídos em 2019	165.753	123.181
Dividendos não distribuídos em 2020	12.926	12.926
Dividendos não distribuídos em 2019	161.334	70.400

18. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA COMPLEMENTAR: A Companhia mantém contratado o plano de previdência privada aberta (FINAME) com a Rominor, cujo contrato foi assinado em 20 de dezembro de 2000, destinado a todos os seus empregados e administradores, na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, classificado como Contribuição Definida-CD. A natureza do plano permite à Companhia, a qualquer momento, a suspensão ou descontinuação permanente de suas contribuições, por decisão única e exclusiva da própria Companhia. O custo desse plano é fixado pelo plano de contribuição em percentuais de acordo com o tipo de exercício ao qual são elegíveis. O montante de contribuições pendidas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi de R\$1.284 (R\$911 em 31 de dezembro de 2019). O dispêndio com o plano de previdência privada aberta complementar foi registrado nas demonstrações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, nas rubricas "Custo dos produtos e serviços vendidos"; "Despesas com vendas"; "Despesas gerais e administrativas" e "Pesquisa e Desenvolvimento", em virtude do centro de custo de referência de cada exercício.

19. SEGUROS: Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura para incêndio, vendaval, danos elétricos e roubo era composta por: (i) edificações - R\$178.816; (ii) máquinas e equipamentos - R\$395.760; (iii) estoques e máquinas pendentes de reintegração - R\$281.092; (iv) obras - R\$5.134; (v) bens em poder de terceiros - R\$20.127 e (vi) outros - R\$1.154.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS: (a) **Considerações gerais:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade restrita aos instrumentos a seguir relacionados: Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras reconhecidos pelo custo amortizado menos os rendimentos auferidos e não encerrados das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os quais se aproximam do seu valor de mercado. • Duplicatas a receber e valores a receber - repasse FINAME fabricante; comentários e apresentados nas Notas 4 e 5. • Financiamentos e Financiamentos - FINAME fabricante; comentários e apresentados nas Notas 13 e 14. A Companhia acredita que os demonstrações financeiras com valores a pagar de partes relacionadas que estão reconhecidos em demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia resolvesse liquidá-las antecipadamente. (b) **Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia: Risco de preço das mercadorias:** As operações de risco são realizadas com a finalidade de reduzir o preço dos produtos que a Companhia vende ou o preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no seu processo de produção. As receitas de vendas e principalmente o custo dos produtos e serviços vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou materiais poderão sofrer alterações. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados locais e internacionais. **Risco de taxa de juros:** esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como a LIBOR e o CDI), com negociações periódicas de seus contratos, visando torná-los mais flexíveis. O **Risco de taxa de câmbio:** esse risco está relacionado à possibilidade de alterações nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além das contas a receber originadas por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em "hedge" natural, para se proteger das oscilações de efeito de tradução, a Companhia avalia a exposição de efeitos de tradução. A Companhia possui investimentos em moeda estrangeira e o risco de taxa de câmbio pode afetar o resultado. **Risco de crédito:** A Companhia possui investimentos em instrumentos financeiros relacionados ao dólar norte-americano e ao Euro. Os instrumentos possuem, principalmente, da possibilidade da Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos de dados com instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro. **Qualidade dos créditos:** devido à pulverização da carteira de clientes e ao fato de a Companhia não possuir uma classificação de risco de crédito, a Companhia mantém uma política de controle de riscos em suas operações. O risco de crédito é oriundo da possibilidade de a Companhia não receber o valor devido em prazos estabelecidos em seus contratos. **Risco de liquidez:** a política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro de recebíveis de exportação para garantir níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo. Os cronogramas de pagamento de dívidas são avaliados com base nas projeções de caixa e fluxo de caixa, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além das contas a receber originadas por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em "hedge" natural, para se proteger das oscilações de efeito de tradução, a Companhia avalia a exposição de efeitos de tradução. A Companhia possui investimentos em moeda estrangeira e o risco de taxa de câmbio pode afetar o resultado. **Risco de crédito:** A Companhia possui investimentos em instrumentos financeiros relacionados ao dólar norte-americano e ao Euro. Os instrumentos possuem, principalmente, da possibilidade da Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos de dados com instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro. **Qualidade dos créditos:** devido à pulverização da carteira de clientes e ao fato de a Companhia não possuir uma classificação de risco de crédito, a Companhia mantém uma política de controle de riscos em suas operações. O risco de crédito é oriundo da possibilidade de a Companhia não receber o valor devido em prazos estabelecidos em seus contratos. **Risco de liquidez:** a política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro de recebíveis de exportação para garantir níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo. Os cronogramas de pagamento de dívidas são avaliados com base nas projeções de caixa e fluxo de caixa, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além das contas a receber originadas por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em "hedge" natural, para se proteger das oscilações de efeito de tradução, a Companhia avalia a exposição de efeitos de tradução. A Companhia possui investimentos em moeda estrangeira e o risco de taxa de câmbio pode afetar o resultado. **Risco de crédito:** A Companhia possui investimentos em instrumentos financeiros relacionados ao dólar norte-americano e ao Euro. Os instrumentos possuem, principalmente, da possibilidade da Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos de dados com instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro. **Qualidade dos créditos:** devido à pulverização da carteira de clientes e ao fato de a Companhia não possuir uma classificação de risco de crédito, a Companhia mantém uma política de controle de riscos em suas operações. O risco de crédito é oriundo da possibilidade de a Companhia não receber o valor devido em prazos estabelecidos em seus contratos. **Risco de liquidez:** a política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro de recebíveis de exportação para garantir níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo. Os cronogramas de pagamento de dívidas são avaliados com base nas projeções de caixa e fluxo de caixa, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além das contas a receber originadas por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em "hedge" natural, para se proteger das oscilações de efeito de tradução, a Companhia avalia a exposição de efeitos de tradução. A Companhia possui investimentos em moeda estrangeira e o risco de taxa de câmbio pode afetar o resultado. **Risco de crédito:** A Companhia possui investimentos em instrumentos financeiros relacionados ao dólar norte-americano e ao Euro. Os instrumentos possuem, principalmente, da possibilidade da Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos de dados com instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro. **Qualidade dos créditos:** devido à pulverização da carteira de clientes e ao fato de a Companhia não possuir uma classificação de risco de crédito, a Companhia mantém uma política de controle de riscos em suas operações. O risco de crédito é oriundo da possibilidade de a Companhia não receber o valor devido em prazos estabelecidos em seus contratos. **Risco de liquidez:** a política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro de recebíveis de exportação para garantir níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo. Os cronogramas de pagamento de dívidas são avaliados com base nas projeções de caixa e fluxo de caixa, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além das contas a receber originadas por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em "hedge" natural, para se proteger das oscilações de efeito de tradução, a Companhia avalia a exposição de efeitos de tradução. A Companhia possui investimentos em moeda estrangeira e o risco de taxa de câmbio pode afetar o resultado. **Risco de crédito:** A Companhia possui investimentos em instrumentos financeiros relacionados ao dólar norte-americano e ao Euro. Os instrumentos possuem, principalmente, da possibilidade da Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos de dados com instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro. **Qualidade dos créditos:** devido à pulverização da carteira de clientes e ao fato de a Companhia não possuir uma classificação de risco de crédito, a Companhia mantém uma política de controle de riscos em suas operações. O risco de crédito é oriundo da possibilidade de a Companhia não receber o valor devido em prazos estabelecidos em seus contratos. **Risco de liquidez:** a política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro de recebíveis de exportação para garantir níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo. Os cronogramas de pagamento de dívidas são avaliados com base nas projeções de caixa e fluxo de caixa, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além das contas a receber originadas por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em "hedge" natural, para se proteger das oscilações de efeito de tradução, a Companhia avalia a exposição de efeitos de tradução. A Companhia possui investimentos em moeda estrangeira e o risco de taxa de câmbio pode afetar o resultado. **Risco de crédito:** A Companhia possui investimentos em instrumentos financeiros relacionados ao dólar norte-americano e ao Euro. Os instrumentos possuem, principalmente, da possibilidade da Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos de dados com instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro. **Qualidade dos créditos:** devido à pulverização da carteira de clientes e ao fato de a Companhia não possuir uma classificação de risco de crédito, a Companhia mantém uma política de controle de riscos em suas operações. O risco de crédito é oriundo da possibilidade de a Companhia não receber o valor devido em prazos estabelecidos em seus contratos. **Risco de liquidez:** a política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro de recebíveis de exportação para garantir níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo. Os cronogramas de pagamento de dívidas são avaliados com base nas projeções de caixa e fluxo de caixa, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além das contas a receber originadas por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em "hedge" natural, para se proteger das oscilações de efeito de tradução, a Companhia avalia a exposição de efeitos de tradução. A Companhia possui investimentos em moeda estrangeira e o risco de taxa de câmbio pode afetar o resultado. **Risco de crédito:** A Companhia possui investimentos em instrumentos financeiros relacionados ao dólar norte-americano e ao Euro. Os instrumentos possuem, principalmente, da possibilidade da Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos de dados com instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro. **Qualidade dos créditos:** devido à pulverização da carteira de clientes e ao fato de a Companhia não possuir uma classificação de risco de crédito, a Companhia mantém uma política de controle de riscos em suas operações. O risco de crédito é oriundo da possibilidade de a Companhia não receber o valor devido em prazos estabelecidos em seus contratos. **Risco de liquidez:** a política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro de recebíveis de exportação para garantir níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo. Os cronogramas de pagamento de dívidas são avaliados com base nas projeções de caixa e fluxo de caixa, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além das contas a receber originadas por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em "hedge" natural, para se proteger das oscilações de efeito de tradução, a Companhia avalia a exposição de efeitos de tradução. A Companhia possui investimentos em moeda estrangeira e o risco de taxa de câmbio pode afetar o resultado. **Risco de crédito:** A Companhia possui investimentos em instrumentos financeiros relacionados ao dólar norte-americano e ao Euro. Os instrumentos possuem, principalmente, da possibilidade da Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos de dados com instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro. **Qualidade dos créditos:** devido à pulverização da carteira de clientes e ao fato de a Companhia não possuir uma classificação de risco de crédito, a Companhia mantém uma política de controle de riscos em suas operações. O risco de crédito é oriundo da possibilidade de a Companhia não receber o valor devido em prazos estabelecidos em seus contratos. **Risco de liquidez:** a política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro de recebíveis de exportação para garantir níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo. Os cronogramas de pagamento de dívidas são avaliados com base nas projeções de caixa e fluxo de caixa, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além das contas a receber originadas por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em "hedge" natural, para se proteger das oscilações de efeito de tradução, a Companhia avalia a exposição de efeitos de tradução. A Companhia possui investimentos em moeda estrangeira e o risco de taxa de câmbio pode afetar o resultado. **Risco de crédito:** A Companhia possui investimentos em instrumentos financeiros relacionados ao dólar norte-americano e ao Euro. Os instrumentos possuem, principalmente, da possibilidade da Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos de dados com instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro. **Qualidade dos créditos:** devido à pulverização da carteira de clientes e ao fato de a Companhia não possuir uma classificação de risco de crédito, a Companhia mantém uma política de controle de riscos em suas operações. O risco de crédito é oriundo da possibilidade de a Companhia não receber o valor devido em prazos estabelecidos em seus contratos. **Risco de liquidez:** a política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro de recebíveis de exportação para garantir níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo. Os cronogramas de pagamento de dívidas são avaliados com base nas projeções de caixa e fluxo de caixa, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além das contas a receber originadas por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em "hedge" natural, para se proteger das oscilações de efeito de tradução, a Companhia avalia a exposição de efeitos de tradução. A Companhia possui investimentos em moeda estrangeira e o risco de taxa de câmbio pode afetar o resultado. **Risco de crédito:** A Companhia possui investimentos em instrumentos financeiros relacionados ao dólar norte-americano e ao Euro. Os instrumentos possuem, principalmente, da possibilidade da Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos de dados com instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro. **Qualidade dos créditos:** devido à pulverização da carteira de clientes e ao fato de a Companhia não possuir uma classificação de risco de crédito, a Companhia mantém uma política de controle de riscos em suas operações. O risco de crédito é oriundo da possibilidade de a Companhia não receber o valor devido em prazos estabelecidos em seus contratos. **Risco de liquidez:** a política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro de recebíveis de exportação para garantir níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo. Os cronogramas de pagamento de dívidas são avaliados com base nas projeções de caixa e fluxo de caixa, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além das contas a receber originadas por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em "hedge" natural, para se proteger das oscilações de efeito de tradução, a Companhia avalia a exposição de efeitos de tradução. A Companhia possui investimentos em moeda estrangeira e o risco de taxa de câmbio pode afetar o resultado. **Risco de crédito:** A Companhia possui investimentos em instrumentos financeiros relacionados ao dólar norte-americano e ao Euro. Os instrumentos possuem, principalmente, da possibilidade da Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos de dados com instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro. **Qualidade dos créditos:** devido à pulverização da carteira de clientes e ao fato de a Companhia não possuir uma classificação de risco de crédito, a Companhia mantém uma política de controle de riscos em suas operações. O risco de crédito é oriundo da possibilidade de a Companhia não receber o valor devido em prazos estabelecidos em seus contratos. **Risco de liquidez:** a política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro de recebíveis de exportação para garantir níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo. Os cronogramas de pagamento de dívidas são avaliados com base nas projeções de caixa e fluxo de caixa, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além das contas a receber originadas por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em "hedge"

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0014-88

22. COMPROMISSOS FUTUROS: Em 10 de abril de 2017, a Companhia e a Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA, pertencente ao grupo Endesa, resolveram aditar o contrato de compra de energia elétrica firmado em 1 de maio de 2007, objetivando contratar o volume de energia elétrica de acordo com as necessidades da Companhia. Em 30 de maio de 2019, a Companhia firmou contrato de compra de energia elétrica com a Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. - Engie, para os períodos que sucedem o contrato em curso com a CDSA. O período de fornecimento da energia elétrica contratado foi estendido por mais três anos, ou seja, até 31/12/2023 e passou a refletir os seguintes valores, os quais são reajustados anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IPCA:

Ano de fornecimento:	Valor	
	2021	2022
2021	16.731	17.136
2022	17.435	17.435
Total	51.302	51.302

A Administração da Companhia é de opinião de que esse contrato está condizente com as necessidades de consumo de energia elétrica para o prazo contratado.

23. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS: A receita líquida de vendas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 possuem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Mercado interno	684.870	515.081	688.393	518.178
Mercado externo	79.811	81.064	392.312	342.451
Receita bruta de vendas	764.681	596.145	1.081.705	860.639
(-) Impostos incidentes sobre as vendas	(108.437)	(95.021)	(108.555)	(95.133)
Receita líquida de vendas	656.244	501.124	973.150	765.506

24. DESPESA POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Depreciação e amortização	21.284	21.741	36.847	33.551
Despesas com pessoal	142.176	134.147	251.322	235.748
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	320.598	274.247	464.275	376.200
Frete	13.294	27.857	23.418	33.965
Outras despesas	55.638	10.823	97.724	60.878
Total	552.990	468.815	873.586	740.342

Classificados como:

Custo dos produtos e serviços vendidos	444.225	364.314	674.321	556.808
Despesas com vendas	43.932	44.758	91.055	85.621
Despesas gerais e administrativas	30.731	32.063	74.005	70.138
Pesquisa e desenvolvimento	22.518	20.470	22.518	20.470
Participação e honorários da Administração	11.584	7.210	11.687	7.305
Total	552.990	468.815	873.586	740.342

25. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras:	3.568	3.395	4.409	4.692
Juros de duplicatas a receber	2.516	5.207	2.516	5.207
Resultado financeiro em processo judicial	60.620	62.426	60.620	62.426
Outros	1.992	(3.382)	1.984	(2.383)
Total	68.696	67.646	69.529	69.942
Despesas financeiras:	(6.977)	(2.057)	(9.335)	(4.185)
Juros de financiamento	(2.434)	(954)	(2.437)	(556)
Outras	(9.411)	(2.611)	(11.772)	(4.741)

26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Resultado da venda de ativos	4.492	2.800	4.792	3.269
Resultado no boito em processo judicial	716	74.321	716	74.321
Outros	1.640	1.088	1.796	1.739
Total	6.848	78.209	7.304	79.329

27. EVENTOS SUBSEQUENTES: (i) Controladas: Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Rominor"): Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de fevereiro de 2021, foi autorizada a distribuição de dividendos remanescentes, referente ao exercício de 2020, no valor de R\$1.789, a ser pago em 19 de fevereiro de 2021, sujeito a ratificação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 16 de março de 2021.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Américo Emílio Romi Neto - Presidente do Conselho de Administração

Carlos Guimarães Chiti - Vice-Presidente do Conselho de Administração

Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho - Membro do Conselho de Administração

José Carlos Romi - Membro do Conselho de Administração

Mônica Romi Zanatta - Membro do Conselho de Administração

Paulo Romi - Membro do Conselho de Administração

Franco José Levy - Membro do Conselho de Administração

Marcio Guedes Pereira Junior - Membro do Conselho de Administração

DIRETORIA

Luiz Cassiano Rando Rosolen - Presidente

Fernando Marcos Cassoni - Vice-Presidente

Fábio Barbanti Taiair - Diretor

Francisco Víta Júnior - Diretor

Douglas Pedro de Alcântara - Diretor

Maurício Lanzellotti Lopes - Diretor

CONSELHO FISCAL

Alfredo Ferreira de Marques Filho

Clóvis Ailton Madeira

Vera Lucia de Almeida Pereira Elias

CONTADORA

Josiane Perdigão Gibin - CRC - SP202148/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal de Indústrias Romi S.A. procedeu ao exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e da Proposta de Destinação de Resultados e de Distribuição de Dividendos, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, bem como da Proposta da Administração no que tange ao Orçamento de Capital para o exercício de 2021 e à modificação do capital social. Com base nas informações disponibilizadas e, tendo recebido esclarecimentos por parte da Administração e dos Auditores Independentes, opina que referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação das Assembleias Gerais.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da Indústrias Romi S.A. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Indústrias Romi S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Indústrias Romi S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as mesmas responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Ativo imobilizado e intangível - Avaliação de indicadores de redução do valor recuperável do ativo imobilizado e intangível:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, principalmente pelas oscilações ocorridas no mercado em decorrência da "Covid-19", julgamos que a avaliação de indicadores de redução do valor recuperável de ativo imobilizado e ativo intangível foi importante durante cada um dos trimestres do exercício findo naquela data. A Administração testou a recuperabilidade desses ativos (imobilizado e intangível) utilizando o método do Fluxo de Caixa Descontado. As projeções de fluxo de caixa utilizadas para fins de teste de valor recuperável foram realizadas para as unidades geradoras de caixa e, levaram em conta estimativas e premissas de negócio judgmentais. Executamos procedimentos de auditoria sobre algumas das estimativas e premissas de negócio que impactam a determinação do prognóstico de perda, podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Diante do exposto, esse assunto foi considerado como área de foco em nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de profissionais mais experientes e especialistas tributários e a revisão das opiniões de outros consultores jurídicos obtidas pela Administração da Companhia. Ainda, solicitamos e obtivemos confirmação junto aos consultores jurídicos da Companhia dos valores e prognósticos de perda dos processos da Companhia, incluindo eventuais posições fiscais para as quais ainda não há um processo em andamento e, quando aplicável, opiniões de outros consultores jurídicos, com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronais das respectivas caixas, bem como avaliar os argumentos, as jurisprudências e/ou a estratégia de defesa adotada pelos consultores jurídicos da Companhia, assim como a compreensibilidade das divulgações incluídas nas notas explicativas de incertezas tributárias. Com base nos procedimentos executados, consideramos aceitáveis as estimativas da Administração relacionadas à divulgação e à provisão para riscos tributários consistentes com as informações e com os documentos apresentados. **Outros assuntos:** Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Valores comparativos:** As informações e os valores referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 11 de fevereiro de 2020 com a seguinte ressalva: "Conforme divulgado na nota explicativa nº 15 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, durante o primeiro trimestre do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em consequência do trânsito em julgado favorável em sua ação judicial, a Companhia reverteu a provisão referente ao efeito da exclusão do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS da base de cálculo para incidência do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, que não foram recolhidos de novembro de 2006 a março de 2019, mas foram depositados judicialmente. Ao considerar a manifestação do Supremo Tribunal Federal - STF de 15 de março de 2017 e ao apreciar o tema da repercussão geral, que decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS e com base nas diretrizes do pronunciamento técnico CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 já não era provável que seria necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação anteriormente registrada e, assim, a referida provisão deveria ter sido revertida naquele exercício. Consequentemente, o lucro líquido individual e consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está apresentado a maior em R\$56.302 mil e o patrimônio líquido individual e consolidado em 31 de dezembro de 2018 está apresentado a menor pelo mesmo montante, líquido dos efeitos tributários." **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, Nossas opiniões sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrangem o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração e a controlada são responsáveis pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os diretores infra-mencionados, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

Luiz Cassiano Rando Rosolen Presidente	Fernando Marcos Cassoni Vice-Presidente	Fábio Barbanti Taiair Diretor	Francisco Víta Júnior Diretor	Douglas Pedro de Alcântara Diretor	Maurício Lanzellotti Lopes Diretor
--	---	---	---	--	--

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS 2020

Recomendações da Auditoria Independente; 4. Orçamentos 2021 da Auditoria Interna e do Comitê de Auditoria e Riscos; 5. Plano de Auditoria realizado em 2020 e proposto para 2021; e 6. Programa de Compliance e Sistema de Gerenciamento de Riscos, incluindo Canal de Denúncias. Considerando a análise dos assuntos acima, incluindo as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 2020, o Comitê conclui que a Companhia encontra-se em conformidade com as normas legais, regulatórias, estatutárias e suas políticas.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Santa Bárbara d'Oeste, 09 de fevereiro de 2021

Luiz Cassiano Rando Rosolen Presidente	Fernando Marcos Cassoni Vice-Presidente	Fábio Barbanti Taiair Diretor	Francisco Víta Júnior Diretor	Douglas Pedro de Alcântara Diretor	Maurício Lanzellotti Lopes Diretor
--	---	---	---	--	--

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Américo Emílio Romi Neto - Presidente do Conselho de Administração

Carlos Guimarães Chiti - Vice-Presidente do Conselho de Administração

Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho - Membro do Conselho de Administração

José Carlos Romi - Membro do Conselho de Administração

Mônica Romi Zanatta - Membro do Conselho de Administração

Paulo Romi - Membro do Conselho de Administração

Franco José Levy - Membro do Conselho de Administração

Marcio Guedes Pereira Junior - Membro do Conselho de Administração

DIRETORIA

Luiz Cassiano Rando Rosolen - Presidente

Fernando Marcos Cassoni - Vice-Presidente

Fábio Barbanti Taiair - Diretor

Francisco Víta Júnior - Diretor

Douglas Pedro de Alcântara - Diretor

Maurício Lanzellotti Lopes - Diretor

CONSELHO FISCAL

Alfredo Ferreira de Marques Filho

Clóvis Ailton Madeira

Vera Lucia de Almeida Pereira Elias

CONTADORA

Josiane Perdigão Gibin - CRC - SP202148/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal de Indústrias Romi S.A. procedeu ao exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e da Proposta de Destinação de Resultados e de Distribuição de Dividendos, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, bem como da Proposta da Administração no que tange ao Orçamento de Capital para o exercício de 2021 e à modificação do capital social. Com base nas informações disponibilizadas e, tendo recebido esclarecimentos por parte da Administração e dos Auditores Independentes, opina que referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação das Assembleias Gerais.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da Indústrias Romi S.A. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Indústrias Romi S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Indústrias Romi S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as mesmas responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Ativo imobilizado e intangível - Avaliação de indicadores de redução do valor recuperável do ativo imobilizado e intangível:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, principalmente pelas oscilações ocorridas no mercado em decorrência da "Covid-19", julgamos que a avaliação de indicadores de redução do valor recuperável de ativo imobilizado e ativo intangível foi importante durante cada um dos trimestres do exercício findo naquela data. A Administração testou a recuperabilidade desses ativos (imobilizado e intangível) utilizando o método do Fluxo de Caixa Descontado. As projeções de fluxo de caixa utilizadas para fins de teste de valor recuperável foram realizadas para as unidades geradoras de caixa e, levaram em conta estimativas e premissas de negócio judgmentais. Executamos procedimentos de auditoria sobre algumas das estimativas e premissas de negócio que impactam a determinação do prognóstico de perda, podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Diante do exposto, esse assunto foi considerado como área de foco em nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de profissionais mais experientes e especialistas tributários e a revisão das opiniões de outros consultores jurídicos obtidas pela Administração da Companhia. Ainda, solicitamos e obtivemos confirmação junto aos consultores jurídicos da Companhia dos valores e prognósticos de perda dos processos da Companhia, incluindo eventuais posições fiscais para as quais ainda não há um processo em andamento e, quando aplicável, opiniões de outros consultores jurídicos, com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronais das respectivas caixas, bem como avaliar os argumentos, as jurisprudências e/ou a estratégia de defesa adotada pelos consultores jurídicos da Companhia, assim como a compreensibilidade das divulgações incluídas nas notas explicativas de incertezas tributárias. Com base nos procedimentos executados, consideramos aceitáveis as estimativas da Administração relacionadas à divulgação e à provisão para riscos tributários consistentes com as informações e com os documentos apresentados. **Outros assuntos:** Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Valores comparativos:** As informações e os valores referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 11 de fevereiro de 2020 com a seguinte ressalva: "Conforme divulgado na nota explicativa nº 15 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, durante o primeiro trimestre do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em consequência do trânsito em julgado favorável em sua ação judicial, a Companhia reverteu a provisão referente ao efeito da exclusão do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS da base de cálculo para incidência do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, que não foram recolhidos de novembro de 2006 a março de 2019, mas foram depositados judicialmente. Ao considerar a manifestação do Supremo Tribunal Federal - STF de 15 de março de 2017 e ao apreciar o tema da repercussão geral, que decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS e com base nas diretrizes do pronunciamento técnico CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 já não era provável que seria necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação anteriormente registrada e, assim, a referida provisão deveria ter sido revertida naquele exercício. Consequentemente, o lucro líquido individual e consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está apresentado a maior em R\$56.302 mil e o patrimônio líquido individual e consolidado em 31 de dezembro de 2018 está apresentado a menor pelo mesmo montante, líquido dos efeitos tributários." **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, Nossas opiniões sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrangem o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração e a controlada são responsáveis pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os diretores infra-mencionados, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

Luiz Cassiano Rando Rosolen Presidente	Fernando Marcos Cassoni Vice-Presidente	Fábio Barbanti Taiair Diretor	Francisco Víta Júnior Diretor	Douglas Pedro de Alcântara Diretor	Maurício Lanzellotti Lopes Diretor
--	---	---	---	--	--

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS 2020

Recomendações da Auditoria Independente; 4. Orçamentos 2021 da Auditoria Interna e do Comitê de Auditoria e Riscos; 5. Plano de Auditoria realizado em 2020 e proposto para 2021; e 6. Programa de Compliance e Sistema de Gerenciamento de Riscos, incluindo Canal de Denúncias. Considerando a análise dos assuntos acima, incluindo as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 2020, o Comitê conclui que a Companhia encontra-se em conformidade com as normas legais, regulatórias, estatutárias e suas políticas.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Santa Bárbara d'Oeste, 09 de fevereiro de 2021

Luiz Cassiano Rando Rosolen Presidente	Fernando Marcos Cassoni Vice-Presidente	Fábio Barbanti Taiair Diretor	Francisco Víta Júnior Diretor	Douglas Pedro de Alcântara Diretor	Maurício Lanzellotti Lopes Diretor
--	---	---	---	--	--

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Américo Emílio Romi Neto - Presidente do Conselho de Administração

Carlos Guimarães Chiti - Vice-Presidente do Conselho de Administração

Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho - Membro do Conselho de Administração

José Carlos Romi - Membro do Conselho de Administração

Mônica Romi Zanatta - Membro do Conselho de Administração

Paulo Romi - Membro do Conselho de Administração

Franco José Levy - Membro do Conselho de Administração

Marcio Guedes Pereira Junior - Membro do Conselho de Administração

DIRETORIA

Luiz Cassiano Rando Rosolen - Presidente

Fernando Marcos Cassoni - Vice-Presidente

Fábio Barbanti Taiair - Diretor

Francisco Víta Júnior - Diretor

Douglas Pedro de Alcântara - Diretor

Maurício Lanzellotti Lopes - Diretor

CONSELHO FISCAL

Alfredo Ferreira de Marques Filho

Clóvis Ailton Madeira

Vera Lucia de Almeida Pereira Elias

CONTADORA

Josiane Perdigão Gibin - CRC - SP202148/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal de Indústrias Romi S.A. procedeu ao exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e da Proposta de Destinação de Resultados e de Distribuição de Dividendos, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, bem como da Proposta da Administração no que tange ao Orçamento de Capital para o exercício de 2021 e à modificação do capital social. Com base nas informações disponibilizadas e, tendo recebido esclarecimentos por parte da Administração e dos Auditores Independentes, opina que referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação das Assembleias Gerais.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da Indústrias Romi S.A. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Indústrias Romi S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Indústrias Romi S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das